

ANC X

ANC
P11

A crise fardou-se 13 MAI 1988

JORNAL DO BRASIL

Villas-Bôas Corrêa

A exasperação do presidente José Sarney pode refletir um período de problemas e angústias acumulados, esburacando o poço da injustiça ante a onda de acusações que alcança a sua honra. Mesmo com o desconto do instante de irritação, na explosão de revolta, é evidente que os sinais de agravamento do quadro estão aí mesmo, à vista, justificando as preocupações dos prudentes pelo estouvamento juvenil da insensatez.



E, o que é mais grave, é que a crise não mais se limita aos desacertos e desmiolamentos dos paisanos. Ela fardou-se, frequente os pronunciamentos militares, reúne-se com pauta pública e pede a palavra para falar no tom grave da advertência. Ora, ministro militar não dá palpite. Quando abre o bico tem o respaldo dos comandos, a solidariedade da corporação. No caso, um pouco mais: desde a manifestação, acolhida pela Constituinte, contra o parlamentarismo e pelo mandato presidencial de cinco anos, a tutela ainda decorosa sobre o processo da transição tem sido exercida pelas Forças Armadas. Os ministros do Exército, Marinha e Aeronáutica jogam em conjunto, com a retaguarda coberta pelo Estado Maior das Forças Armadas.

A esta altura, diante da evidência de uma interferência cada vez mais ostensiva e de inegável eficiência, importa pouco a crítica ou a lamentação pelos atropelos da transição. As coisas são como são, não como deveriam ser ou como gostaríamos que fossem.

Os tempos de respeitoso silêncio, de reverência à autonomia da Constituinte parecem tão distantes, como ecos remotos dos comícios pelas diretas ou a fantástica mobilização popular, o grito das multidões embaladas de esperanças.

A Constituinte desgastou-se e, com ela, as lideranças e os partidos. Se o povo virou as costas à Constituinte, num repelão decepcionado, imagine-se agora o conceito dos militares, encharcados de preconceitos. É uma escalada e que acelera a marcha.

Já não se insistem nas cerimônias que sempre salvam as aparências. O general Leônidas Pires Gonçalves, com seu temperamento mais assomado, não perde as oportunidades, fortuitas ou fabricadas, para renovar advertência. Claro que o ministro do Exército não ultrapassa os limites além do necessário. Isto é, do insólito da sua intromissão reprisada em assuntos políticos. Mete a colher sem pedir licença, resguardando-se em ressalvas. Para que a transição feche com tranquilidade, os militares desaconselham a redução do mandato de Sarney para quatro anos. Não é uma simples opinião mas um recado. Preventivo, endereçado com a devida antecedência. Quando a Constituinte vai se aproximando da hora de votar as Disposi-

ções Transitórias e, portanto, a definição do mandato de Sarney. Aproveitando o embalo, o general Leônidas aplicou um enérgico puxão de orelhas na CPI da corrupção do Senado. Tendo o cuidado de repisar o óbvio: ninguém pode ser contra a apuração de denúncias de corrupção mas é preciso respeitar a dignidade do presidente.

No seu desabafo indignado, Sarney chegou ao exagero de afirmar que já não importa muito definir o seu mandato em cinco ou quatro anos. O desafio prioritário é o de salvar a transição ameaçada.

Não é bem assim. O presidente não se tem descuidado da votação decisiva e próxima. Três vezes por semana reúne no palácio do Planalto ou no recato do Alvorada, a sua assessoria direta. E, com os ministros Costa Couto, Antônio Carlos Magalhães, Prisco Viana, Jäder Barbalho, o assessor especial Thales Ramalho e as lideranças parlamentares, atualiza cuidadosamente a relação dos constituintes compromissados com os cinco anos. Nome por nome, nas diversas classificações dos confiáveis, duvidosos, indecisos, cooptáveis.

Compreende-se. A definição do mandato ganhou a inequívoca significação de um lance de vida ou morte para o governo. Ou para Sarney. Não se trata de terrorismo ou de tremura ante fantasma. Os dados estão postos na sua singeleza. Sarney, com a solidariedade aberta do seu esquema militar, tem a esta altura a sorte do governo pendente dos cinco anos.

Sem tirar e nem pôr. Basta pensar um pouco. Se a Constituinte, como parece improvável mas não impossível, esporeada pela impopularidade do governo e o clima de insatisfação popular, der o dito pelo não dito e surpreender, numa pirueta, aprovando diretas este ano, com quatro anos para Sarney, é evidente que a cambalhota terá as suas consequências. Imediatas, em cima da bucha. Ou é sequer imaginável que não aconteça nada; tudo continue como antes? Os militares enfiam a viola no saco, democraticamente conformados com a decisão soberana da Constituinte. E Sarney, vergado pela humilhação, politicamente no chão, calça as sandálias da humildade para presidir o fecho da transição, tão desmoralizado que já não poderá aparecer na rua, botar o nariz fora do palácio. Mesmo cercado de urutus.

O mínimo que se pode projetar é que Sarney derrotado, sem condições para permanecer na presidência, renunciaria em cima do laço, sem esperar por mais nada. Entregando o governo ao presidente da Câmara, deputado Ulysses Guimarães. Claro que todo o ministério, inclusive e principalmente os ministros militares, renunciaria com o presidente.

Esse o cenário que dá para enxergar a olho nu. Os desdobramentos ficam por conta da imaginação de cada um. Afinal, um susto, de vez em quando, na hora certa, não faz mal a ninguém.

É esse o panorama que o presidente José Sarney está antevendo da sua ponte de irritação. O que pode resgatar seu governo é a execução completa do compromisso com a transição. Acabando a transição, tragada pela crise, acaba o governo Sarney.